

Dividido, o Congresso tenta votar

RAIMUNDO PACCO

O Congresso começa hoje mais um esforço concentrado, com muitas dúvidas a respeito de sua eficácia. A Câmara tem reunião marcada para 13h30, com dois projetos polêmicos em pauta: a regulamentação dos juros em 12 por cento ao ano e o projeto de uma nova lei agrícola. O Congresso agendou sessão para as 18h30, pretendendo votar sete vetos do Presidente da República, que não são considerados polêmicos. A comissão que deverá analisar as 61 emendas à medida provisória que instituiu o abono salarial (MP 199) e dar parecer sobre o veto presidencial à política salarial aprovada pelo Congresso, igualmente tem previsão de instalação para hoje.

No próximo dia 21, em novo período de esforço concentrado, deputados e senadores tentarão a derrubada do veto presidencial à lei que instituiu uma nova política salarial. O **quorum** mínimo exige a presença de 248 deputados e 38 senadores. A média de comparecimento em sessões conjuntas do Congresso, calculada em condições normais na base de 350 deputados e 56 senadores, poderá ser muito prejudicada pela campanha eleitoral. E mesmo que o **quorum** seja atingido e ultrapassado, em função da preocupação dos parlamentares em não serem acusados de omissões, a votação secreta do

veto poderá permitir à bancada que apóia o Governo escapar da "patrulha" oposicionista, sem que haja identificação clara sobre como votou cada um.

A debandada de políticos aliados do Governo, nesta fase eleitoral, está agitando o Congresso e o próprio Executivo. No PFL, por exemplo, dos 90 deputados liderados por Ricardo Fiuza (PE), apenas 30 por cento se mantêm fiéis à orientação governamental e admitem manter o veto. Liderados por Marco Maciel, 12 senadores do partido admitem votar contra.

A bancada do PTB, juntamente com a do Partido Liberal, também tem dificuldades em apoiar o veto presidencial e poderá votar contra. O PRN e o PDC, por outro lado, já fecharam questão a favor do veto de Collor.